REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.ma Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de Estado
Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. n.º 1093 Ent. 1824	05.04.2019	P.º 2419/2015 N.º 933	- 7 MAIO 2019

ASSUNTO: Resposta à pergunta 1839/XIII/4.ª de 5 de abril de 2019, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputado António Filipe) - Regime jurídico da tradução ajuramentada e interpretação ajuramentada.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.ª a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

HA/MJP

Praça do Comércio, 1149-019 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 322 23 00 EMAIL gabinete.mj@mj.gov.pt

REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
ADJUNTA E DA JUSTIÇA

NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 1839/XIII/4.ª de 5 de abril de 2019, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputado António Filipe) - Regime jurídico da tradução ajuramentada e interpretação ajuramentada.

O Senhor Deputado António Filipe, do grupo parlamentar do PCP, questiona ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça sobre a aprovação do regime jurídico da tradução ajuramentada e interpretação ajuramentada (TAIA).

Quanto à questão colocada informa-se que a redação do projeto do diploma está a ser ultimada, esperando-se que, em breve, o mesmo entre no circuito legislativo.

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 6 de maio de 2019

Praça do Comércio, 1149-019 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 322 23 00 EMAIL gabinete.seaj@mj.gov.pt www.portugal.gov.pt